

## **PORTARIA nº 14, de 25/5/2016**

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2015 a abril de 2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71, RESOLVE, *ad referendum* da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2015 a abril de 2016, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALDIR MARANHÃO  
Presidente em exercício

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Mai/2015 a Abr/2016)	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS  (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>4.182.334.361,33</b>	<b>11.708.000,00</b>
Pessoal Ativo	2.704.545.752,09	1.757.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.477.788.609,24	9.951.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>451.655.856,94</b>	<b>2.771.000,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	12.853.521,62	950.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	16.759.823,21	1.821.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	422.042.512,11	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>3.730.678.504,39</b>	<b>8.937.000,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>700.438.648.000,00</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)</b>	<b>3.739.615.504,39</b>	<b>0,533896</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,210000%)</b>	<b>8.475.307.640,80</b>	<b>1,210000</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,149500%)</b>	<b>8.051.542.258,76</b>	<b>1,149500</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (1,089000%)</b>	<b>7.627.776.876,72</b>	<b>1,089000</b>

FONTE: SIAFI, MF/STN, 9/mai/2016, 16 hs.

Nota nº 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ROMULO DE SOUSA MESQUITA  
Diretor-Geral

RICARDO SOARES DE ALMEIDA  
Secretário de Controle Interno

EVANDRO LOPES COSTA  
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade